

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP

A PRÁTICA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL NA  
SEDE DE UMA SECRETARIA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO.

VALÉRIA PORDEUS MORAIS  
FRANCIMAR ABRANTES DE ANDRADE

CAJAZEIRAS, 20 DE SETEMBRO DE 1993.

VABÉRIA PORDEUS MORAIS  
FRANCIMAR ABRANTES DE ANDRADE

A PRÁTICA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL NA SEDE  
DE UMA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Trabalho apresentado para  
Conclusão do Curso de Gra-  
duação em Pedagogia do CFP-  
Campus V - Cajazeiras.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Idelsuí-  
te de Sousa Lima.

À todos aqueles que acredi-  
tam ser o supervisor, um  
educador capaz de contribuir  
para a transformação da so-  
ciedade.

## S U M Á R I O

1-	INTRODUÇÃO .....	1
2-	JUSTIFICATIVA .....	3
3-	ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	7
4-	3.1. O TRABALHO EMPÍRICO	
	3.1.1. AS OBSERVAÇÕES	
	3.1.2. AS ENTREVISTAS	
4-	SUPERVISOR EDUCACIONAL: UM PROFISSIO- NAL A PROCURA DO SEU PAPEL.....	11
5-	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	22
6-	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	25

## 1- INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema " A Prática da Supervisão Educacional na Sede de uma Secretaria Municipal de Educação".

Nossa pretensão é analisar a prática dessa categoria profissional na realidade educativa e no contexto, sócio-econômico-político da sociedade Brasileira.

É sabido que a Supervisão tem sido objeto de críticas, tem sofrido dos poderes constituídos as mais diversas penalidades e tem, no desenrolar de sua existência, construído sua história.

Nosso interesse em investigar a prática da supervisão a nível de sede, surgiu a partir das leituras, estudos e discussões realizadas em sala de aula, nas mais diversas disciplinas e particularmente em Princípios e Métodos de Supervisão Escolar, onde evidenciou-se a necessidade de aprofundar a questão da supervisão no atual contexto educacional, não só a nível de unidade escolar, mas a nível de sistema no âmbito da secretaria de educação.

Na sociedade capitalista em que vivemos, a educação é um instrumento para atender aos interesses dos que detêm o poder e emanam as decisões, pouco preocupados com a educação das classes populares. Longe de ser uma prática essencialmente neutra a serviço da elaboração de um projeto de transformação social, a educação tem sido mediadora dos mecanismos de reprodução social, garantindo a permanência das contradições como indispensáveis à perpetuação do sistema.

A implantação da função supervisora no contexto



educacional brasileiro não ocorreu também de forma neutra, mas foi criada como consequência do sistema social, econômico e político. Dessa forma, percebe-se claramente que a supervisão aparece no cenário escolar historicamente de acordo com o modelo de sistema predominante como função de controle e para atender a ideologia subjacente, evidenciando uma tendência tecnicista.

Assim, no bojo das contradições da realidade educacional brasileira, consideramos de grande relevância o estudo da questão supra citada, por nos proporcionar contato com a ação educativa da supervisão educacional, oportunizando-nos uma reflexão teórica sobre a prática, com vistas à implementação de uma nova teoria voltada para o desenvolvimento de uma ação comprometida com a transformação social.

Como futuras profissionais desta área, sentimos a necessidade de conhecer a prática supervisora, uma vez que o contato direto com o seu cotidiano nos permitirá confrontá-la com os anseios apresentados pelos professores.

## 2- JUSTIFICATIVA

Na tentativa de encontrar respostas ou melhor compreender as questões subjacentes à prática supervisora, sentimos a necessidade de fazer uma análise da origem da supervisão no contexto educacional brasileiro.

É sabido que as questões nacionais não acontecem de forma isolada, mas têm uma estreita ligação com as relações internacionais estabelecidas pelos que administram as nações. No campo educacional também não é diferente, daí poder-se concordar com NOGUEIRA (1989), quando afirma que:

"(...) deliberada e intencionalmente, o supervisor educacional se inseriu no contexto educacional brasileiro, como também foi intencional a formação a ele dada, por razões prioritariamente políticas".

Tanto isso é verdade, que a origem da supervisão educacional coincide com o momento político vivido pelo Brasil, cujo programa de desenvolvimento econômico era voltado para a internacionalização dos novos investimentos, ao mesmo tempo em que os EUA buscavam estratégias para defender o capitalismo e garantir a ordem social dos países latinos.

A supervisão educacional surgiu como forma de garantir a "eficiência" do ensino-aprendizagem, o que seria ideologicamente uma forma de assegurar uma forma de hegemonia da classe dominante. (op. cit. p.39).

Pelo exposto, podemos perceber que a ação repro

duora que marcou a caminhada da supervisão educacional, deve-se ao fato de que esta provém de modelos empresariais, consolidada numa prática extremamente burocratizada.

Tal postura é resultante do desvio de função imposto aos supervisores e das críticas feitas por teóricos da Educação. Dentre estes teóricos, alguns autores atacam seriamente a supervisão educacional, afirmando ser ela a responsável pela legitimidade da divisão do trabalho na escola. Como exemplo, podemos citar COELHO, que em relação ao assunto diz que:

"... os "tecnicos" em educação aparecem então, como os que de fato entendem do assunto, possuem o saber da educação (...). É a divisão social do trabalho, manifestando-se também na área de educação, separando as que planejam e decidem dos que executam, fragmentando ao máximo o trabalho pedagógico".

Como podemos perceber, estes autores sempre manifestaram temores infundados sobre a possibilidade de os supervisores funcionarem como fiscais ideológicos em defesa de interesses e decisões da classe dominante.

É necessário ressaltar que apesar da supervisão ter sido motivo de críticas e questionamento, inclusive com relação às teorias que lhe dão suporte, outros autores destacam a necessidade e a importância desses profissionais na instituição escolar. Como no caso de BRANDÃO, que seguramente afirma:

"... o supervisor da educação não é o fiscal do ensino. Ele deve ser o educador que supervisiona os direitos e os exercícios da prática da verdadeira educação. É preciso que o supervisor



comece a trabalhar por fazer as críticas do próprio valor de sua prática".

Assim como Brandão, outros autores também acreditam que o supervisor conciente do seu verdadeiro papel poderá reverter sua prática para melhorar o ensino.

Não podemos negar a caminhada em busca da transformação que a categoria dos supervisores tem percorrido, tanto na questão política como na própria prática do dia-a-dia.

A dimensão político-pedagógica do supervisor permitiu que este refletisse a sua prática através da conscientização política e da organização da categoria através das associações e encontros nacionais.

As primeiras associações de supervisores foram criadas em 1960, sendo elas a ASSERS, no Rio Grande do Sul e ASSEP, no Pará. As demais associações foram criadas após 1978. Foi inclusive a partir desse ano que se evidenciou um crescimento organizacional e político da categoria, motivados pelo ENSEs (Encontros Nacionais de Supervisores Educacionais).

Os ENSEs contribuíram para a politização e conscientização da categoria proporcionando a integração nacional dos supervisores e a troca de experiências. Além disso, constituiu-se num espaço político de discussão dos problemas e de busca de soluções.

Daí, passo a passo vai surgindo um profissional mais politizado prestes a assumir uma prática coletiva capaz de interferir nos destinos da sociedade civil na luta por uma escola de qualidade.

É nesse prisma que nos dispomos a realizar um estudo sobre a prática educativa dos supervisores a nível de sede, de acordo com o novo momento que se expressa.

Nossa preocupação é investigar a prática educativa demonstrada pelos supervisores mediante a ação pedagógica em exercício.

Pretendemos que de alguma forma, este estudo contribua para o avanço dos conhecimentos na área da supervisão, que ora tenta se identificar com os princípios de democratização e libertação da sociedade civil através do processo educativo.

### 3- ABORDAGEM METODOLÓGICA

O presente trabalho tem a pretensão de investigar através de procedimentos científicos, como vem se processando o trabalho da supervisão educacional realizado na sede da Secretaria Municipal de Educação de Sousa.

Configura-se como sendo um estudo exploratório, uma vez que, sua especificidade consiste apenas em caracterizar a prática da supervisão na instância supra citada.

O estudo tem como princípio básico, um levantamento bibliográfico da supervisão educacional, onde buscamos o embasamento teórico da problemática em questão.

Nossa pretensão é colher informações sobre a ação supervisora, no que diz respeito as suas contribuições no processo educativo da escola e da categoria, suas condições de trabalho e de realização profissional, bem como sua concepção de escola pública e de supervisão na proposta de trabalho vivenciada.

A pesquisa foi realizada diretamente com as supervisoras da referida secretaria, com professores por elas supervisionados e ainda com a diretora, aluno e a secretária de educação.

Apesar de ter sido um número reduzido, podemos obter significativas informações acerca da área a qual estamos nos profissionalizando.

Para isso, utilizamos instrumentos metodológicos de pesquisa científica que favoreceram uma coleta de dados mais precisa através de observações e entrevistas.

#### 3.1 O TRABALHO EMPÍRICO



### 3.1.1- AS OBSERVAÇÕES

Diante da necessidade de conhecermos a prática dos supervisores, observamos como se dava o trabalho destes à nível de sede.

Nesse período de observação, os supervisores estavam recebendo um treinamento sobre alfabetização, que depois seria "repassado" por estes para os professores do município.

Tal treinamento estava sendo ministrado por professores de uma escola da rede particular, cuja clientela pouco ou nada tem a ver com a realidade sócio-cultural dos alunos da escola pública. Os supervisores pouco indagavam à respeito do curso ou da adequação deste à realidade com a qual trabalham, aceitando tudo de forma passiva.

Durante esse treinamento, era copiados os planos de aula e confeccionado material didático. Nesse interim, os supervisores iam dando as aulas que haviam copiado, demonstrando uma certa insegurança acerca do assunto.

Posteriormente, o referido curso foi ministrado pelos supervisores que não se preocupavam em colher experiências dos professores, que tinham ali o papel de receber os planos de aulas totalmente prontos e o material didático já confeccionado. Era tarefa dos supervisores confeccionar mais material para que cada escola recebesse o seu Kit de alfabetização.

A nível de sede, percebe-se que os supervisores realizam muitas atividades burocráticas, sem um contato mais direto com as escolas, numa ação mais administrativa do que pedagógica, o que mostra a ausência de um projeto de supervisão.

### 3.1.2- AS ENTREVISTAS



Após a fase de observação, partimos para as entrevistas que nos daria maior esclarecimento sobre a prática destes supervisores.

Esse foi um período muito exaustivo e frustrante, pois estes supervisores achavam-se muito preenchidos e havia pouca disponibilidade e interesse em nos atender.

Alguns, um pouco relutantes, deixaram suas tarefas e atenderam-nos cordialmente, embora fossem sussintos e dando respostas confusas às nossas indagações. Temiam ferir os seus superiores, elogiando bastante o trabalho e o trabalho do governo atual e a secretária de Educação do referido município.

Outros se negaram a nos dar entrevistas, chegando até a serem rudes conosco.

Além dos supervisores, entrevistamos a secretária de educação, professores, diretor e aluno. Estes últimos nos atenderam com muita boa vontade. Cada entrevista durou em média vinte minutos, seguindo o roteiro abaixo por nós estabelecido:

- O exercício da prática da supervisão;
- Concepção técnico-metodológica dos supervisores;
- A equipe central de supervisão e o processo pedagógico;
- A supervisão e a parceria dos outros elementos;
- Supervisor e escola pública;
- A supervisão e a questão política.

Tais entrevistas nos forneceram subsídios para a realização do nosso trabalho, uma vez que nos foi possível conhecer alguns aspectos da prática supervisora a nível de sede.

Coletados os dados fornecidos pelo trabalho empírico (observação e entrevista), fizemos a interpretação dos mesmos, submetendo-os a uma análise qualitativa no sentido de identificá-los de acordo com a fundamentação teórica que dá suporte a supervisão.

Tais resultados serão apresentados na conclusão.

final desse estudo<sup>o</sup> poderão contribuir para novos estudos acerca da Supervisão.

O presente estudo propõe-se aos seguintes objetivos:

Geral: - Refletir e analisar a prática da Supervisão na rede de uma Secretaria Municipal de Educação.

Específicos: - Desenvolver um estudo teórico acerca da Supervisão Educacional no Brasil.

- Caracterizar a ação supervisora na sede de uma Secretaria Municipal de Educação.

- Traçar um paralelo entre a prática supervisora atual e os anseios apresentados pelos professores.

#### 4- SUPERVISOR EDUCACIONAL: UM PROFISSIONAL À PROCURA DO SEU PAPEL

A história da educação brasileira tem nos mostrado claramente que ela é o eixo de sustentação de todas as instâncias da sociedade, que vive hoje uma crise generalizada. No setor educacional, ela se manifesta desde o aspecto financeiro até o pedagógico. Os determinantes desta crise devem ser buscados não somente no sistema escolar propriamente dito, mas nos fatores sociais que o condicionam.

A educação portanto, não é uma prática neutra, passando a ser eminentemente política, pois constitui um importante instrumento de reprodução da sociedade que a criou. No caso brasileiro, ela atende as intenções da classe dominante e cumpre fantasticamente a sua função ao longo dos séculos de história desse país, modificando-se segundo os interesses da elite. O modelo de educação que nós temos não é falho. Ele é bem sucedido naquilo que pretendeu fazer, pois nunca se pretendeu fazer uma educação globalizante.

Para difundir esse modelo de educação foi criada a escola, instituição formal de ensino, encarregada de distribuir igualmente entre todos o saber sistematizado.

Em épocas remotas, a escola era extremamente elitizada. Numa sociedade analfabeta, a reprodução de conhecimentos se dava fundamentalmente através de uma prática muito fechada em categorias de segmentos sociais e, eventualmente, através de uma formação dada pelas escolas religiosas existentes.

A partir deste século, já na década de 50, em



plena fase do desenvolvimento econômico, marcado sobretudo pelo crescimento dos pólos industriais, surgem políticas mais sistemáticas para o ensino, projetos e propostas que pretendiam atender ao crescimento da demanda e às necessidades sociais. Multiplicam-se as escolas, num processo conhecido como democratização do ensino.

A Escola pública, antes disputada por seu bom nível de ensino ganha em número, mas perde em qualidade. Pressionada pela transformação da sociedade, a escola se mostra inadequada perante as camadas populares.

No Brasil, até a década de 50, a escola pública era restrita às camadas médias, não tendo ainda atingido a generalização que atinge hoje. Tínhamos poucas escolas e os salários dos professores eram melhores.

A partir da década de 60, com a generalização da escola pública e o aumento quantitativo dos profissionais, ocorreu um processo inverso a nível de estado. A escola pública passou a atender principalmente às pessoas de baixa renda.

Desde então, a instituição escolar tem sofrido inúmeras redefinições que afetaram profundamente a sua estrutura orgânica no que diz respeito ao significado social, político, econômico e cultural. Sabemos que a escola pública fracassou. A falta de assistência dos órgãos públicos aos estabelecimentos de ensino tornam evidente o abandono aos que a ela frequenta. Embora tenha ocorrido um aumento de vagas nas escolas públicas, este não foi acompanhado da destinação dos recursos correspondentes para a manutenção dos prédios e equipamentos e nem para o satisfatório funcionamento das unidades escolares, chegando até mesmo a faltar o mais elementar. A nossa realidade também não é diferente das demais escolas brasileiras. Isso pode ser comprovado pelo que afirma nossa entrevistada:

" A situação da escola pública está caótica. Falta de tudo, tem dia que fal-



ta até o giz na sala de aula. Na escola pública só se vê mesmo é propaganda bonita".

(entrevista nº 05)

Infelizmente é esta a realidade que toma conta de nossas escolas, é este quadro crítico que impede o avanço na educação por uma melhor qualidade de ensino.

Por outro lado, a questão da qualidade de ensino não se reduz a escola em si, mas à qualidade de vida que tudo isso implica. Não basta ensinar a ler e escrever; é necessário também educar o indivíduo para que ele seja capaz de solucionar os problemas enfrentados no dia-a-dia. A este respeito afirma a supervisora entrevistada:

" (...) se a gente pensar em ensinar a ler e escrever, sem que isso traga efeito numa melhor qualidade de vida para o aluno, nós estaremos fazendo quase nada!"

(entrevista nº 04)

Assim sendo, a escola é simplesmente um reflexo de uma realidade que tem que mudar para que se possa mudar a escola. A simples transmissão de conteúdos desvinculados da realidade do aluno não traz nenhum sentido à sua vida. Os conhecimentos são mais interessantes quando o aluno torna-se um sujeito de sua elaboração, tendo como base suas experiências.

Não é suficiente que sejam canalizados recursos financeiros para a escola pública, faz-se necessário também a formação de um <sup>quadro</sup> magisterial capaz de fazer os alunos compreenderem a sua própria realidade. Em relação a desqualificação do professor, nossa entrevistada diz que:

" Um dos problemas enfrentados pe-

la escola pública é falta de qualificação do professor. Há uma diversidade enorme em nível de qualificação profissional do professor".

(entrevista nº 04)

Torna-se evidente o grande contingente de professores desqualificados existentes em nossas escolas, o que atende perfeitamente as expectativas do governo em manter a população passiva, submissa e alienada. Muitos desses professores são contratados por interferência política; podemos constatar este fato pelo que relata a entrevistada:

"Existem professores que mal sabem assinar o nome, quando chega um político aqui e indica aquela professora para assumir uma sala de aula. Então, qual é a mensagem que ela vai transmitir ao seu alunado?".

(entrevista nº 01)

Na nossa realidade é comum políticos contratarem pessoas desqualificadas através de acordos eleitoreiros. Diante disso, percebe-se que a escola não é encarada como um serviço público importante, adquirido pelos trabalhadores com plenos direitos de exigir para seus filhos um ensino de qualidade que atenda aos seus interesses e necessidades. A escola passa a ser assumida como uma propriedade privada de alguns, com o direito de dirigí-la como quiser.

Como no caso das campanhas em prol da educação, que em nada resolvem os problemas educacionais. Tais campanhas não passam de engodo e tem como objetivo enganar a população e ao mesmo tempo passar a falsa idéia de que há de fato preocupação e interesse dos governantes em favorecer a classe trabalhadora. No caso específico da Paraíba, <sup>a campanha "Chamada Escolar"</sup> deixa muito a desejar, con



forme afirma a entrevistada:

"Por conta da Chamada Escolar, as salas de aula estão superlotadas, temos sala de aula com 65 até 72 alunos; a procura é muito grande e nós não dispomos de salas para distribuir essas turmas. As propagandas divulgadas através dos meios de educação são muito bonitas mas não condizem com a nossa realidade"

(entrevista nº 03)

Dessa forma, o professor vem sendo vítima dos governantes que atacam a sociedade contra uma classe desprivilegiada, fazendo uso da publicidade para jogar os educadores contra a opinião pública, passando-lhe uma imagem deturpada dos professores e das escolas, dando a impressão de que o único mal do Estado é causado pelos professores e que estes dispõem de condições favoráveis para desempenhar a sua função.

Frente a isso, os professores se vêm sem argumentos, pois além da desvalorização a que vem sendo submetidos tem sido duramente atingidos, chegando a ponto de degredir a sua própria imagem.

Apesar dos movimentos reivindicatórios serem frequentes, estes constituem-se apenas em greves ocasionais, cujos objetivos são sempre os mesmos: melhores salários e melhores condições de ensino, que não havendo uma maior organização da classe torna-se difícil alcançar a meta desejada.

Embora a greve seja um direito constitucional e um meio de que dispõem os educadores para lutar por melhores condições de trabalho, há divergências de ponto de vista, onde alguns mostram-se contrários a este movimento, como afirma a entrevistada:

" A qualidade da escola pública é boa, o que acaba com a escola pública é a greve; professor brigando por aumento de salário, o que os professores querem é ganhar bem e ensinar mal".

(entrevista nº 01)

Outra entrevistada também se posiciona contra a greve afirmando:

" Eu sou contra a greve... eu só vejo um lado da greve em questão; professores reivindicando melhores salários e condições para trabalhar com o aluno e na realidade, qualquer centavo que o governo atribui ao bolso do professor, e ele volta para a sala de aula. E os re- cursos para trabalhar?".

(entrevista nº 03)

Com base nestas afirmações, percebe-se que a desarticulação dos educadores impede que haja uma maior por parte da categoria que, fragmentada não consegue atingir o sucesso desejado. Além disso, a classe trabalhadora não tem tido ainda uma participação significativa junto aos educadores na luta por uma escola de melhor qualidade. Nesse sentido, se refere as entrevistadas em consonância com o exposto: '

"... se nós tivéssemos um povo querendo, a gente tinha como pressionar mais este governo; A



questão da educação está sendo trabalhada isolada; ela teria que ser trabalhada entre professores/pais/políticos reunidos, então que todos estivessem envolvidos dentro deste processo. No momento em que a educação passar a ser uma preocupação de todos, as dificuldades passarão a ser vencidas".

(entrevista nº 04)

A luta por uma melhor qualidade do ensino não compete apenas aos profissionais da educação, mas sim à sociedade civil como um todo, que precisa da escola e tem nela o único espaço de educação para seus filhos.

Dentre os profissionais da educação, encontram-se os supervisores educacionais que compõem uma vasta e controversa categoria profissional.

Criada idealisticamente para um padrão pré-estabelecido, a prática supervisora tem se prendido às suas origens, uma vez que a sua formação faltou a visão política do contexto-histórico no qual se insere a ação educativa.

O papel do supervisor, dentro do modelo para o qual foi criado, se restringe tão somente ao de reprodução, garantindo o controle e a disciplina do processo de ensino-aprendizagem.

Não há muita clareza, nas escolas, com relação a função do supervisor. Essa indefinição é creditada em grande parte à origem histórica da implantação dessa profissão pedagógica não-docente na escola.

Constata-se que a ação supervisora tem sido mal compreendida. Podemos confirmar isso através do depoimento da entrevistada, que em relação a função supervisora na sua escola, afirma:

" Ela ... orienta os professores, fiscaliza, reclama, faz um pouco de tudo. O supervisor nos dá uma grande ajuda, porque o que está errado a gente conserta e o que está certo melhora ainda mais".

(entrevista nº 08)

Ainda em relação a não especificidade da atuação supervisora, uma outra entrevistada diz que:

" A prática da supervisão, dentro da nossa realidade tem sido muito abrangente, ele é o orientador educacional, o psicólogo, o inspetor... Então o trabalho do supervisor está entre a escola como um todo".

(entrevista nº 04)

Tais afirmações denotam a ausência de identidade desse profissional da educação, que exerce uma diversidade de funções dentro da escola e parece estar longe de assumir sua verdadeira função no sistema educacional.

Dessa forma, o supervisor tem desempenhado um papel mal compreendido e mal conduzido no interior do sistema escolar, de modo que a sua importância vem sendo ignorada por alguns educadores e órgãos superiores.

A ênfase às atividades burocráticas tem causado um desvio de função que reforça nos supervisores uma indevida imagem de fiscais burocráticos. Em relação a este assunto, a entrevista relata:

" Estamos trabalhando diariamente na confecção do material corres-

pondente ao curso de alfabetização.'  
Cada escola receberá o seu Kit de ma-  
terial didático para que o professor  
possa trabalhar desde a coordenação'  
motora até o final do curso".

(entrevista nº 01)

Cumprindo essencialmente o caráter burocráti-  
co, o supervisor vem confirmar a sua função mais esperada: fa-  
cilitar o trabalho docente. Nesse contexto, o supervisor é a  
figura que determina o planejamento e os professores são sim-  
ples executores da ação planejada. Analisando a questão do pla-  
nejamento a nível de sede, como afirma a professora é assim re-  
alizado:

" A supervisora já traz o planejamento  
pronto, entrega a cada professora e'  
nos orienta as tarefas. Isso ajuda '  
porque a gente fica mais segura, as  
provas são elaboradas por ela, ela '  
traz tudo prontinho".

(entrevista nº 08)

Pode-se constatar portanto, que a postura do'  
supervisor tem sido exatamente a postura idealizada pelo siste-  
ma, ou seja, aquele que impõe determinações de cima para baixo,  
encarregado de observar as irregularidades, caso não haja a '  
execução.

O supervisor tem desenvolvido uma prática iso-  
lada. Então, como este profissional não tem desempenhado um '  
trabalho efetivo dentro da escola, tem havido uma certa rejei-  
ção pelos professores e até mesmo propostas de sua extinção '  
por parte de governantes.

O seu trabalho não tem sido requisitado pelas



escolas por não ser esse o profissional ideal que a escola ne  
cessita, uma vez que a prática atual demonstra que o supervi  
sor tem constituído um impecilho à ação docente, como relata'  
a entrevistada:

"...a gente sente que os professores '  
não gostam muito quando a gente vai '  
chegando já acha que é fiscalização".  
(entrevista nº 09)

Percebe-se que o supervisor pouco tem feito '  
para mudar esta falsa imagem que se instalou nas escolas.

A nível nacional, a categoria tem se organiza  
do através de entidades representativas, onde tem havido arti  
culação dos supervisores para decisões coletivas através de '  
sindicatos, encaminhando lutas por uma melhor qualidade do en  
sino e conseqüentemente melhoria das condições de trabalho.

A nível de sede, sentimos que os supervisores  
se encontram muito dispersos, não há uma unidade de força '  
maior que os represente. A falta de conscientização do próprio  
supervisor, que se mantém ainda atrelado a um modelo de super  
visão ultrapassada, impede a ação conjunta que envolva de fato  
~~das~~ os que fazem parte do processo educativo. Em termos de '  
articulação, os supervisores, não têm uma visão ampla quanto'  
ao seu verdadeiro papel junto aos professores, omitindo-se a  
estimular os mesmos a participarem efetivamente de lutas acer  
ca da questão salarial e qualificação do ensino. A este res-'  
peito, declara a nossa supervisora:

"... quanto a mobilizar os professores  
a gente não faz nada pra isso, pelo '  
menos eu nunca vi ninguém incentivar'  
isso aqui. Eu acho que esse não seria  
um dos trabalhos do supervisor. De '

jeito nenhum".

( entrevista nº 09)

Diante de tais afirmações, vimos que há um distanciamento entre a prática supervisora adotada e a prática ideal que a escola anseia. O projeto teórico de atuação deste profissional está adaptado a padrões estabelecidos que, acrescido dos equívocos de formação acadêmica traduz-se na sua ineficiência.

Tudo leva a crer que sua formação transmitiu-lhe uma consciência ingênua, dificultando assim, a compreensão do significado histórico de seu papel no processo pedagógico. Há uma certa distância entre o conhecimento acadêmico e a prática pedagógica, pois a Universidade ignora a realidade sócio-econômica na qual o supervisor irá trabalhar. Comprovamos a nossa afirmação através das palavras da entrevistada quando diz:

"... o que a gente sente é que a Universidade está distante, ela prepara o supervisor para a escola, mas ele só entra para a escola depois de qualificado ou já com o diploma na mão; então eu // creio que essa questão entra muito a sua formação; você é formado para um tipo ideal que teoricamente lhe encaminhou para aquilo".

(entrevista nº 04)

Torna-se clara a ausência de uma formação profissional que dê conta do que a realidade exige, uma vez que a formação adequada é condição indispensável para implementar qualquer política educacional.



## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

### " PRÁTICA SUPERVISORA: RENOVAR É PRECISO

O presente trabalho foi realizado com a finalidade de caracterizar a prática supervisora desenvolvida na sede da Secretaria Municipal de Educação de Souza, a partir de uma análise de sua relação com o contexto social, político e econômico brasileiro, no qual está inserido.

Diante do exposto, constatamos que os supervisores desempenham diversas funções em diferentes setores, o que reflete a ausência de uma função política inerente à sua prática profissional.

Percebemos também que os supervisores trabalham de forma indireta, não participando do dia-a-dia escolar, não tendo portanto, um trabalho efetivo disposto a auxiliar a ação docente. Mesmo quando se propõe a contribuir com o processo pedagógico, confundem esta ação conjunta com o simples repasse de atividades e materiais didáticos na certeza de que, de posse desses instrumentos, o professor garantirá melhor eficiência do ensino.

Assim, os supervisores a nível de sede, realizam mais atividades burocráticas e as visitas às escolas acontecem esporadicamente, o que dificulta o entrosamento professor X supervisor para um trabalho realmente pedagógico. Tal fato inviabiliza discussões coletivas acerca do processo educativo como um todo, caracterizando de forma expressiva o desvio da função no qual os supervisores são submetidos.

Acreditamos que o supervisor educacional torna-se absolutamente necessário na escola quando se integra ao pro



cesso educativo, auxiliando alunos e professores na tarefa de ensinar e aprender. A questão ainda está estreitamente ligada à definição dos papéis desses profissionais. O supervisor, precisa dizer a que veio. Ele vai conseguir isso através da construção de uma proposta política-pedagógica de melhoria qualitativa baseada na realidade existencial. No momento em que seu papel se mostrar construtivo e indispensável ao professor, seu papel estará definido.

As análises desenvolvidas mostram que a redefinição da prática desses profissionais não consiste em estes 'aceitarem transformar-se em "fiscais arrogantes" controladores de professores e alunos, nem em "salvadores da pátria" aos quais se transferem problemas, mas em analisar criticamente a prática pedagógica e propor novos objetivos para o seu trabalho, de maneira a evitar o predomínio da concepção sobre a execução, na busca de uma ação conjunta.

Profissionais de uma área pouco valorizada em nosso país, com deficiências de formação como todos os profissionais, os supervisores são vitimados atualmente por uma severa rejeição ao seu trabalho, uma vez que aos conhecimentos acadêmicos faltou a adequação à realidade sócio-econômico deplorável com que se depara.

Dada essa má formação, os supervisores não têm atuado deficientemente. Diante disso, os governantes têm atribuído a estes o fracasso escolar, chegando até mesmo a propor sua extinção.

Apesar de tudo, o supervisor educacional mediante a dimensão política de sua função, poderá contribuir para a reorganização de todos os envolvidos no processo educativo.

Entretanto, na realidade do município de Sousa, os supervisores nada têm feito para articulação da categoria, dadas as limitações impostas no seu trabalho diário. Sabe-se que os supervisores dispõem de diversos espaços que podem ser usados com vistas a interferir positivamente nas transformações sociais, como: o planejamento, o atendimento ao professor, a articulação com a comunidade. Cabe ao supervisor utili-